

..... PORTUGAL 2030

## CORREDORES VERDES EM CONTEXTO URBANO

— Taxa de aprovação da Scope Invest

**84,82%**

### Objetivos e Prioridades

Reforçar as infraestruturas verdes e reduzir a poluição.

Investimentos em Infraestruturas verdes em contexto urbano, que permitam um real impacto positivo na proteção e restauração da biodiversidade, que é fundamental para garantir o bom funcionamento dos ecossistemas que, por seu lado, são essenciais para reforçar a resiliência das populações

### Beneficiários

Municípios dos centros urbanos abrangidos no contexto do PT 2020 por estratégias PEDU (Eixo 2 - ITI CIM) e PARU (Eixo 3 - ITI CIM).

#### Aveiro

Largo Luís de Camões, Edifício Rainha, Piso 10  
3720-232 Oliveira de Azeméis

#### Porto

Rua Diogo Macedo, entrada 144, 3B  
4400-107 Vila Nova de Gaia

#### Lisboa

Rua Fradesso da Silveira, n.º 6, 3ºB  
1300-609 Lisboa

**T.** +351 256 092 076  
**E.** geral@scopeinvest.pt



# Taxa máxima de financiamento

85 %

Dotação máxima consoante a Comunidade Intermunicipal

## Tipologias de investimento

Ações de valorização ambiental e paisagística de corredores verdes em contexto urbano localizados nos centros urbanos abrangidos no contexto do PT 2020 por estratégias PEDU (Eixo 2 - ITI CIM) e PARU (Eixo 3 - ITI CIM), designadamente:

- Criação de infraestruturas verdes para a promoção da conectividade ecológica, infraestruturas verdes urbanas e corredores verdes para a promoção da biodiversidade nas cidades e medidas para mitigação de ondas de calor urbano;

## Despesas Elegíveis

- a) Realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias, incluindo a elaboração da análise custo-benefício;
- b) Aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação;
- c) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;
- d) Aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos, material e software;
- e) Fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica;
- f) Ações de informação, de divulgação, de sensibilização e de publicidade;
- g) Custos incorridos com trabalhos de recuperação e renaturalização de sistemas naturais.
- h) Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável.

## Prazo de submissão

27 de fevereiro de 2026